

Fundo do Poço

Com a tranquilidade de quem sabe estar fazendo o possível no gerenciamento do interesse nacional, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, não disfarça um estado de angústia com as barreiras estruturais que se opõem à estabilização financeira. Ela é a condição inegociável para a retomada do crescimento econômico, com ênfase na modernização do país, a começar por uma nova política educacional.

A verificação de que as finanças estaduais também ficaram ingovernáveis, depois das garantias dadas pela Constituição ao funcionalismo público, longe de alarmar, serve de alento ao ministro: a partir do momento em que os estados perderam até a capacidade de financiar os seus déficits e precisam da ajuda de Brasília, formou-se um eixo natural de convergência de interesses para mudar a Constituição.

Será um trabalho complexo e demorado, mas a participação decisiva dos governadores de estado — todos interessados em recuperar as finanças de seus tesouros para que possam realizar obras e uma administração que os credencie nas eleições presidenciais de 1994 — pode gerar uma costura política de apoio ao *emendão*, que a base partidária do governo no Congresso não pode aprovar sem reforço.

Seria a primeira vez que o interesse pelo saneamento das finanças públicas se faria, em nosso país, de forma simétrica entre a União e os estados. Mais do que permitir o aprofundamento da reforma do Estado em todos os níveis da administração pública brasileira, a costura de um acordo político com os 27 governadores de estado, que aderirem ao programa de rolagem dos débitos estaduais com o Tesouro Nacional e as agências financeiras do governo federal, abre caminho ao efetivo entendimento nacional, no bojo do qual os governos estaduais figurariam como agentes da recuperação do papel social do Estado.

O ministro da Economia nunca escondeu seu interesse acadêmico pelos entendimentos políticos que deram origem a pactos econômicos e sociais como os que recolocaram a economia e a vida espanhola nos trilhos da normalidade, no final dos anos 70, e o pacto de solidariedade que tem permitido ao México notável recuperação econômica desde 1989.

O ministro Marques Moreira não cometeria a ingenuidade de acreditar que o acordo com os governadores assegura a revisão constitucional e a volta do Brasil à realidade, em matéria de política econômica e garantias trabalhistas e sociais. Mas,

no momento em que a abertura no Leste europeu e na URSS se faz aos sobressaltos, ele considera de fundamental importância que o Brasil continue perseguindo as mudanças estruturais e o processo liberalizante da sua economia, num clima democratizador bem mais tranquilo do que nos países que abandonam a economia planificada.

Esse é um capital político institucional favorável, que o Brasil não pode dilapidar, sob pena de não reaver a confiança e voltar a ser atraente (à medida que conquista por si mesmo a estabilização econômica) ao investidor estrangeiro. É dentro deste horizonte de reabertura dos canais de crédito voluntário e de investimentos que o ministro situa a renegociação do US\$ 50 bilhões do principal da dívida com os bancos privados.

Há, no entanto, problemas de curto prazo. O mais grave é a tentação de indexar preços e salários, que permanece na memória coletiva. O ministro critica o açodamento dos empresários que se aproveitaram da liberação de preços e da recomposição da estrutura de preços relativos acertadas nas câmaras setoriais para extrapolar aumentos, apostando na expansão do consumo que viria com a liberação dos cruzados novos em setembro.

Devido à remarcação desenfreada, o presidente Collor antecipou as liberações (para quebrar as expectativas), mas o próprio governo teve de criar estímulos para a permanência dos depósitos no Banco Central e para impor restrições à livre injeção do dinheiro liberado na economia.

Essa pressão altista nos preços veio em péssima hora. Apesar da garantia de superávits de caixa do Tesouro não projetar pressões inflacionárias, foram espicaçadas as demandas de reposição salarial nos dissídios de setembro e outubro, que envolvem empregados urbanos privados e especialmente um grande contingente de funcionários das estatais (bancos oficiais, sistemas Siderbrás, Petrobrás e Eletrobrás).

Por entender que o setor público só deve conceder aquilo que o Tesouro pode suportar, o ministro da Economia aconselhou o presidente da República a vetar a livre negociação salarial nas estatais e rejeitar a proposta do Congresso de indexação salarial, até a faixa de cinco salários mínimos. Favorável à livre negociação entre as empresas privadas e seus empregados, o ministro Marques Moreira tem uma imagem perfeita para classificar o efeito da indexação no setor privado: “é a correia transmissora da inflação”. Um carro assim não pode andar em segurança.